

**17ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

CNPJ/MF nº 02.561.118/0001-14.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/21 Fis. NIRE nº 53200919982

MS2 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., Sociedade empresária limitada, com sua sede social no SHN Quadra 02, Bloco F, nº 87, sala 1008, Ed. Executive Office Tower, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.702-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.299.486/0001-64, registrada na JCDF sob o NIRE nº 53201497763, em dia 26 de agosto do ano de 2008, neste ato representada pelo sócio administrador **MARCONI ANTONIO DE SOUZA**, brasileiro, empresário, solteiro, natural de Pimenta/MG, nascido em 13/06/1950, filho de Orozimbo de Souza Filho e Niva Pessoa de Souza, portador da Carteira de Identidade RG nº 125.539, emitida pela SESP/DF em 21/05/2015, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.857.081-91, residente e domiciliado na SHIS QL 28, Conjunto 05, Casa 20 – Lago Sul – Brasília/DF, CEP: 71.655-255; **HAROLDO SILVEIRA HERÉDIA JÚNIOR** brasileiro, empresário, casado sob o regime da separação total de bens, natural de Belo Horizonte/MG, nascido em 23/05/1970, filho de Haroldo Silveira Herédia e Lygia Araújo Moreira Herédia, portador da Carteira de Identidade RG nº M3.629.557, emitida pela SSP/MG em 04/03/1988, inscrito no CPF/MF sob o nº 941.946.456-34, residente e domiciliado na Avenida dos Bandeirantes, 75 Apartamento 05, Sion, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.315-000; **GUALTER JOSÉ MAIA DOS SANTOS**, brasileiro, empresário, divorciado, natural de Brasília-DF, nascido em 31/10/1972, filho de José Martins dos Santos e Lúcia Maria Maia dos Santos, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00268193177, emitida pelo DETRAN/DF em 17/04/2008, inscrito no CPF/MF sob o nº 585.425.581-20, residente e domiciliado no SCRN 702/703, Bloco D, Entrada 36, Apartamento 203, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.720-640; **RENATA MELGAÇO TEODORO**, brasileira, advogada, solteira, natural de Unai/MG, nascida em 30/12/1974, filha de Luiz Alves Teodoro e Maderlene Melgaço Teodoro, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 00350689625, emitida pelo DETRAN/DF em 18/07/2008, inscrita no CPF/MF sob o nº 923.144.816-15, residente e domiciliada na SQN 112, Bloco B, Apartamento 605, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.762-020, **ÚNICOS SÓCIOS** da sociedade empresária limitada **TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.561.118/0001-14, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal, sob o NIRE nº 5320091998-2 em 05/06/1998, localizada no Setor Habitacional Comercial Norte, Comércio Residencial, Quadra 502, Bloco B, Número 23, Salão 301, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.720-502, têm justo e acertado a seguinte ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Capital Social de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) totalmente integralizado é alterado neste ato para R\$ 21.882.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais), cuja diferença no valor de R\$ 12.882.000,00 (doze milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais) é proveniente de reserva de lucros constantes no Balanço Patrimonial da Tripar Bsb Administradora de Cartões Ltda. em 31/12/2015 e está totalmente integralizada neste ato em moeda corrente do País, distribuídos da seguinte forma entre os sócios:

SÓCIOS	Quantidade de Cotas	Valor em R\$	Percentual %
MS2 Participações e Empreendimentos Ltda.	15.536.220	15.536.220,00	71,00
Haroldo Silveira Herédia Junior	5.032.860	5.032.860,00	23,00
Gualter José Maia dos Santos	875.280	875.280	4,00
Renata Melgaço Teodoro	437.640	437.640,00	2,00
TOTAIS	21.882.000	21.882.000,00	100,00

**17ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

CNPJ/MF nº 02.561.118/0001-14

NIRE nº 53200919982

Parágrafo Primeiro – As cotas sociais são indivisíveis e poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros desde que não haja oposição de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social, ficando assegurado aos sócios, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. A transmissão por herança, tanto para os descendentes como para os cônjuges, não está sujeita a restrição acima.(art. 1.056, 1.057, CC/2002)

CLÁUSULA SEGUNDA – É admitido na sociedade o sócio **MARCONI ANTONIO DE SOUZA**, brasileiro, empresário, solteiro, natural de Pimenta/MG, nascido em 13/06/1950, filho de Orozimbo de Souza Filho e Niva Pessoa de Souza, portador da Carteira de Identidade RG nº 125.539, emitida pela SESP/DF em 21/05/2015, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.857.081-91, residente e domiciliado na SHIS QL 28, Conjunto 05, Casa 20 – Lago Sul – Brasília/DF, CEP: 71.655-255.

CLÁUSULA TERCEIRA – Retira-se da sociedade a sócia **MS2 Participações e Empreendimentos Ltda.** identificada no preâmbulo, a qual transfere suas 15.536.220 (quinze milhões, quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e vinte) cotas, no valor total de R\$ 15.536.220,00 (quinze milhões, quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e vinte reais), na forma de dação de pagamento de dividendos relativos a lucros acumulados na MS2 até 31/12/2015, totalmente integralizadas em moeda corrente do país, para o sócio ora admitido **Marconi Antônio de Souza**. Perante a sociedade, a **MS2 Participações e Empreendimentos Ltda.**, dá e recebe plena quitação, ficando livre e desembaraçada de quaisquer ônus, despesas ou direitos, nada tendo a reclamar.

CLÁUSULA QUARTA – O Capital Social da empresa é de R\$ 21.882.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais), dividido em 21.882.000 (vinte e um milhões, oitocentos e oitenta e duas mil) cotas de capital com valor unitário de R\$ 1,00 (um real), subscritas e integralizadas pelos sócios, em moeda corrente do país, distribuídas da seguinte forma:

SÓCIOS	Quantidade de Cotas	Valor em R\$	Percentual %
Marconi Antônio de Souza	15.536.220	15.536.220,00	71,00
Haroldo Silveira Herédia Junior	5.032.860	5.032.860,00	23,00
Gualter José Maia dos Santos	875.280	875.280	4,00
Renata Melgaço Teodoro	437.640	437.640,00	2,00
TOTAIS	21.882.000	21.882.000,00	100,00

Parágrafo Primeiro – As cotas sociais são indivisíveis e poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros desde que não haja oposição de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social, ficando assegurado aos sócios, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. A transmissão por herança, tanto para os descendentes como para os cônjuges, não está sujeita a restrição acima – (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002)

Parágrafo Segundo – O Capital Social está totalmente integralizado nesta data em moeda corrente no país, limitando-se a responsabilidade dos sócios ao valor de suas Cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social – (art. 1.052, CC/2002).

CLÁUSULA QUINTA – Cada cota social confere o direito a 1 (um) voto nas reuniões de sócios.

**17ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

CNPJ/MF nº 02.561.118/0001-14

NIRE nº 53200919982

CLÁUSULA SEXTA – A Sociedade tem como objetivo social exercer as seguintes atividades:

- I – Desenvolvimento, implementação e administração de arranjos de pagamentos;
- II – Emissão de instrumentos de pagamentos nas suas diversas formas, vinculados ao desembolso dos benefícios ao amparo do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT do Ministério do Trabalho e de incentivo à cultura do Ministério da Cultura;
- III – Emissão de instrumentos de pagamentos nas suas diversas formas relacionados a convênios com empresas, ao pagamento de bônus, ao fornecimento de brindes e presentes (cestas de natal), ao consumo de combustível, à lavagem de veículos, à gestão, controle e manutenção preventiva e corretiva de frotas de veículos, aos produtos denominados *Private Label, Controller* e outros;
- IV – Prestação de serviços de manutenção e administração de contas de pagamento;
- V – Prestação de serviço de credenciamento, locações de equipamentos, captura, processamento de transações, autorização, compensação e liquidação das transações realizadas com o uso dos instrumentos de pagamentos por ela emitidos;
- VI – Participação em arranjos de pagamentos instituídos por outras entidades;
- VII – Prestação de assistência técnica, administrativa e gerencial, objetivando o desenvolvimento de mercado, bem como o exercício de atividades educacionais, promocionais e editoriais relacionadas ao seu objeto social e aos instrumentos de pagamento por ela administrados ou outras entidades contratadas;
- VIII – Assessoria em intermediações financeiras, ato de pagar, de aportar, de transferir ou de sacar recursos independentemente de quaisquer obrigações subjacentes entre o pagador e receptor;

Parágrafo Único – No desempenho das atividades descritas no *caput* desta cláusula, a Sociedade poderá, de forma acessória, administrar ativos móveis e imóveis, recebidos em troca em pagamento, podendo para tanto comprar, vender, alugar ou alienar tais ativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - A sociedade será regida subsidiariamente pela Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S/A), nos termos do art. 1.053, parágrafo único, da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil).

CLÁUSULA OITAVA – A administração, a direção e o uso da denominação social ficarão a cargo do senhor **MARCONI ANTÔNIO DE SOUZA**, que assinará todos e quaisquer documentos de interesse e responsabilidade da sociedade, incluindo movimentação bancária, representando-a judicialmente e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atribuições e os poderes que a Lei lhes confere, a fim de garantir o funcionamento e defesa dos interesses e direitos da sociedade, podendo constituir procuradores que possam representá-la, inclusive em operações financeiras, junto a bancos ou instituições financeiras em geral, desde que, os referidos procuradores sejam constituídos por instrumento público de procuração.

Parágrafo Primeiro - É vedado o uso do nome empresarial, em atividades estranhas ao interesse social ou assunção de obrigações em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros,

**17ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

CNPJ/MF nº 02.561.118/0001-14

NIRE nº 53200919982

assim como a oneração ou a alienação de bens imóveis da sociedade empresária em negócios estranhos aos interesses da sociedade, tais como: avais, endossos e fianças, respondendo pessoal e particularmente quando exorbitar de suas atribuições. (art. 997, VI; 1.013, 1.015, 1.064, CC/2002).

Parágrafo Segundo - A venda, a alienação, a sessão, e a locação de bens móveis ou imóveis que façam ou que venham fazer parte do ativo imobilizado da sociedade, somente poderão ser realizadas mediante a aprovação e assinatura da totalidade dos sócios, tomando-se qualquer ato praticado em desacordo com o presente parágrafo nulo e sem efeito legal perante quaisquer órgãos ou entidades, sejam públicas ou privadas.

Parágrafo Terceiro - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, atos dos administradores, procuradores ou empregados que a envolverem em obrigações relativas a negócios estranhos a sua atividade empresarial, salvo os aprovados previamente por deliberação dos sócios.

Parágrafo Quarto - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a Sociedade dará seguimento a suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Os herdeiros do sócio falecido, de comum acordo com os demais sócios, exercerão o direito às quotas, sempre respeitando os limites das cotas do falecido ou interditado, sendo-lhe facultado, nessa condição, as atribuições do sócio falecido ou interditado, independentemente de nova deliberação dos sócios ou do conselho.

Parágrafo Quinto - Para os efeitos previstos no parágrafo anterior concernentes à administração da sociedade, fica deliberado que em caso de falecimento do senhor **MARCONI ANTÔNIO DE SOUZA**, a administração da sociedade passará a ser exercida pelo seu filho **MARCONI ANTÔNIO DE SOUZA FILHO**, que naquele momento, de comum acordo com os demais sócios, exercerá o direito às cotas do seu pai Sr. **MARCONI ANTÔNIO DE SOUZA**, sendo-lhe facultado, nessa condição, as atribuições previstas na Cláusula Oitava, independentemente de nova deliberação dos sócios ou do conselho.

Parágrafo Sexto - Caso não haja interesse em participar da sociedade, o sucessor poderá nomear procurador para fazê-lo em seu lugar. Entretanto, havendo total desinteresse, por parte do sucessor, em participar da sociedade, os sócios remanescentes pagarão aos sucessores/herdeiros o resultado dos haveres do sócio falecido, regularmente apurado em balanço especial no dia do evento, no prazo de até 60 dias, cuja modalidade deverá obedecer os critérios utilizados pelo mercado para venda e compra de empresas desse porte, ou seja, 09 (nove) vezes o valor da **EBTIDA**, ou outro valor desde que com o consentimento do vendedor.

Parágrafo Sétimo - No caso dos sócios remanescentes não reunirem condições financeiras para aquisição dos haveres do sócio falecido, dentro dos critérios estabelecidos no Parágrafo anterior, fica assegurado o balanço de encerramento e proceder-se á a extinção da sociedade, mediante a indicação provisória de um gestor provisório, que procederá a venda dos ativos do sócio falecido ou da totalidade da empresa, sempre dentro dos critérios estabelecidos no parágrafo sexto da cláusula oitava.

Parágrafo Oitavo - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a Sociedade se resolva em relação ao seu sócio. (art. 1.028 e 1.031, CC/2002).

**17ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

CNPJ/MF nº 02.561.118/0001-14

NIRE nº 53200919982

CLÁUSULA NONA – A Sociedade terá um Conselho Administrativo composto por três membros: **MARCONI ANTONIO DE SOUZA, GUALTER JOSÉ MAIA DOS SANTOS e RENATA MELGAÇO TEODORO**, já acima qualificados, os quais são integrantes do seu quadro social.

CLÁUSULA DÉCIMA – Os membros do Conselho Administrativo são investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, pelo qual se comprometem a cumprir as regras estabelecidas no Contrato Social da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Continuam inalteradas as demais cláusulas e condições da DÉCIMA SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL e CONSOLIDAÇÃO, que não foram modificadas pela presente, que a seguir se consolida.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objeto e Duração:



PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 20/21

Fls. 146

CPL

CLÁUSULA PRIMEIRA – A Sociedade empresarial gira sob o nome empresarial de **TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, com sede no Setor Habitacional Comercial Norte, Comércio Residencial, Quadra 502, Bloco B, Número 23, Salão 301, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.720-502.

CLÁUSULA SEGUNDA – A razão social é **TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, e utilizará o nome fantasia de **VALESHOP**.

Parágrafo Único – O nome fantasia está registrado em nome da sociedade no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, publicado na RPI 2123, de 13/09/2011.

CLÁUSULA TERCEIRA – A Sociedade tem como objetivo social exercer as seguintes atividades:

- I – Desenvolvimento, implementação e administração de arranjos de pagamentos;
- II – Emissão de instrumentos de pagamentos nas suas diversas formas, vinculados ao desembolso dos benefícios ao amparo do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT do Ministério do Trabalho e de incentivo à cultura do Ministério da Cultura;
- III – Emissão de instrumentos de pagamentos nas suas diversas formas relacionados a convênios com empresas, ao pagamento de bônus, ao fornecimento de brindes e presentes (cestas de natal), ao consumo de combustível, à lavagem de veículos, à gestão, controle e manutenção preventiva e corretiva de frotas de veículos, aos produtos denominados *Private Label, Controller* e outros;
- IV – Prestação de serviços de manutenção e administração de contas de pagamento;
- V – Prestação de serviço de credenciamento, locações de equipamentos, captura, processamento de transações, autorização, compensação e liquidação das transações realizadas com o uso dos instrumentos de pagamentos por ela emitidos;
- VI – Participação em arranjos de pagamentos instituídos por outras entidades;

**17ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

CNPJ/MF nº 02.561.118/0001-14

NIRE nº 53200919982

VII – Prestação de assistência técnica, administrativa e gerencial, objetivando o desenvolvimento de mercado, bem como o exercício de atividades educacionais, promocionais e editoriais relacionadas ao seu objeto social e aos instrumentos de pagamento por ela administrados ou outras entidades contratadas;

VIII – Assessoria em intermediações financeiras, ato de pagar, de aportar, de transferir ou de sacar recursos independentemente de quaisquer obrigações subjacentes entre o pagador e recebedor;

Parágrafo Único – No desempenho das atividades descritas no *caput* desta cláusula, a Sociedade poderá, de forma acessória, administrar ativos móveis e imóveis, recebidos em dação em pagamento, podendo para tanto comprar, vender, alugar ou alienar tais ativos.

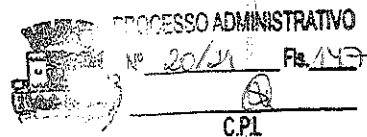
CLÁUSULA QUARTA – A duração da sociedade é por prazo indeterminado, iniciou suas atividades em 07 de maio do ano de 1998.

CLÁUSULA QUINTA – A sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial ou outras dependências, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA SEXTA - A sociedade será regida subsidiariamente pela Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S/A), nos termos do art. 1.053, parágrafo único, da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil).

CAPÍTULO II

Capital Social e Responsabilidade dos Sócios:



CLÁUSULA SÉTIMA – O Capital Social da empresa é de R\$ 21.882.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais), dividido em 21.882.000 (vinte e um milhões, oitocentos e oitenta e duas mil) cotas de capital com valor unitário de R\$ 1,00 (um real), subscritas e integralizadas pelos sócios, em moeda corrente do país, distribuídas da seguinte forma:

SÓCIOS	Quantidade de Cotas	Valor em R\$	Percentual %
Marconi Antônio de Souza	15.536.220	15.536.220,00	71,00
Haroldo Silveira Herédia Junior	5.032.860	5.032.860,00	23,00
Gualter José Maia dos Santos	875.280	875.280	4,00
Renata Melgaço Teodoro	437.640	437.640,00	2,00
TOTAIS	21.882.000	21.882.000,00	100,00

Parágrafo Primeiro – As cotas sociais são indivisíveis e poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros desde que não haja oposição de ¼ (um quarto) do capital social, ficando assegurado aos sócios, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. A transmissão por herança, tanto para os descendentes como para os cônjuges, não está sujeita a restrição acima – (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002)

Parágrafo Segundo – O Capital Social está totalmente integralizado nesta data em moeda corrente no país, limitando-se a responsabilidade dos sócios ao valor de suas Cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social – (art. 1.052, CC/2002).

**17ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

CNPJ/MF nº 02.561.118/0001-14

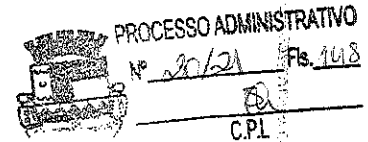
NIRE nº 53200919982

CLÁUSULA OITAVA – Cada cota social confere o direito a 1 (um) voto nas reuniões de sócios.

Parágrafo Único – Ressalvado o disposto na Lei 10.406/2002, todas as deliberações dos sócios, serão tomadas a partir de maioria absoluta.

CAPÍTULO III

Administração da Sociedade:



CLÁUSULA NONA – A administração, a direção e o uso da denominação social ficarão a cargo do senhor **MARCONI ANTÔNIO DE SOUZA**, que assinará todos e quaisquer documentos de interesse e responsabilidade da sociedade, incluindo movimentação bancária, representando-a judicialmente e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atribuições e os poderes que a Lei lhes confere, a fim de garantir o funcionamento e defesa dos interesses e direitos da sociedade, podendo constituir procuradores que possam representá-la, inclusive em operações financeiras, junto a bancos ou instituições financeiras em geral, desde que, os referidos procuradores sejam constituídos por instrumento público de procuração.

Parágrafo Primeiro - É vedado o uso do nome empresarial, em atividades estranhas ao interesse social ou assunção de obrigações em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, assim como a oneração ou a alienação de bens imóveis da sociedade empresária em negócios estranhos aos interesses da sociedade, tais como: avais, endossos e fianças, respondendo pessoal e particularmente quando exorbitar de suas atribuições. (art. 997,VI; 1.013, 1.015, 1.064, CC/2002).

Parágrafo Segundo - A venda, a alienação, a sessão, e a locação de bens móveis ou imóveis que façam ou que venham fazer parte do ativo imobilizado da sociedade, somente poderão ser realizadas mediante a aprovação e assinatura da totalidade dos sócios, tomando-se qualquer ato praticado em desacordo com o presente parágrafo nulo e sem efeito legal perante quaisquer órgãos ou entidades, sejam públicas ou privadas.

Parágrafo Terceiro - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, atos dos administradores, procuradores ou empregados que a envolverem em obrigações relativas a negócios estranhos a sua atividade empresarial, salvo os aprovados previamente por deliberação dos sócios.

Parágrafo Quarto - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a Sociedade dará seguimento a suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Os herdeiros do sócio falecido, de comum acordo com os demais sócios, exercerão o direito às quotas, sempre respeitando os limites das cotas do falecido ou interditado, sendo-lhe facultado, nessa condição, as atribuições do sócio falecido ou interditado, independentemente de nova deliberação dos sócios ou do conselho.

Parágrafo Quinto - Para os efeitos previstos no parágrafo anterior concernentes à administração da sociedade, fica deliberado que em caso de falecimento do senhor **MARCONI ANTÔNIO DE SOUZA**, a administração da sociedade passará a ser exercida pelo seu filho **MARCONI ANTÔNIO DE SOUZA FILHO**, que naquele momento, de comum acordo com os demais sócios, exercerá o direito às cotas do seu pai Sr. **MARCONI ANTÔNIO DE SOUZA**, sendo-lhe facultado, nessa condição, as atribuições previstas na Cláusula Oitava, independentemente de nova deliberação dos sócios ou do conselho.

**17ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

CNPJ/MF nº 02.561.118/0001-14

NIRE nº 53200919982

Parágrafo Sexto - Caso não haja interesse em participar da sociedade, o sucessor poderá nomear procurador para fazê-lo em seu lugar. Entretanto, havendo total desinteresse, por parte do sucessor, em participar da sociedade, os sócios remanescentes pagarão aos sucessores/herdeiros o resultado dos haveres do sócio falecido, regularmente apurado em balanço especial no dia do evento, no prazo de até 60 dias, cuja modalidade deverá obedecer os critérios utilizados pelo mercado para venda e compra de empresas desse porte, ou seja, 09 (nove) vezes o valor da **EBTIDA** ou outro valor desde que com o consentimento do vendedor.

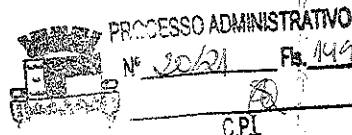
Parágrafo Sétimo - No caso dos sócios remanescentes não reunirem condições financeiras para aquisição dos haveres do sócio falecido, dentro dos critérios estabelecidos no Parágrafo anterior, fica assegurado o balanço de encerramento e proceder-se á a extinção da sociedade, mediante a indicação provisória de um gestor provisório, que procederá a venda dos ativos do sócio falecido ou da totalidade da empresa, sempre dentro dos critérios estabelecidos no parágrafo sexto da cláusula oitava.

Parágrafo Oitavo - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a Sociedade se resolva em relação ao seu sócio. (art. 1.028 e 1.031, CC/2002)

CLÁUSULA DÉCIMA – A Sociedade terá um Conselho Administrativo composto por três membros: **MARCONI ANTONIO DE SOUZA, GUALTER JOSÉ MAIA DOS SANTOS e RENATA MELGAÇO TEODORO**, já acima qualificados, os quais são integrantes do seu quadro social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os membros do Conselho Administrativo são investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, pelo qual se comprometem a cumprir as regras estabelecidas no Contrato Social da empresa.

Declaração dos Sócios:



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os Sócios Administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a atividade mercantil, tão pouco se acham impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

CAPÍTULO IV

Ingresso e Saída de Sócios:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O INGRESSO DE NOVOS SÓCIOS DEPENDERÁ DA APROVAÇÃO DOS SÓCIOS QUE REPRESENTEM A MAIORIA do Capital Social, os quais terão direito de veto em relação à admissão de novos Sócios, que não satisfaçam aos interesses da sociedade. Nenhum Sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas cotas a terceiros, sem antes oferecê-la ao outro Sócio, a quem será assegurado o direito de preferência na aquisição das cotas, em igualdade de condições a terceiros.

**17ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

CNPJ/MF nº 02.561.118/0001-14

NIRE nº 53200919982

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O Sócio que desejar ceder ou transferir suas cotas total ou parcialmente a outro Sócio ou a terceiros, deverá notificar, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ao outro Sócio, o qual terá o direito de preferência para adquiri-las, nas mesmas condições oferecidas a terceiros, devendo o Sócio alienante informar o(s) nome(s) do(s) interessado(s) na aquisição.

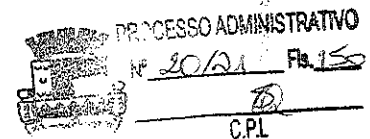
Parágrafo Primeiro – Nos termos do parágrafo único do artigo 1.029 da Lei nº 10406, de 10/01/2002, até o trigésimo dia subsequente à notificação, fica assegurado aos demais sócios o direito de optarem pela dissolução da sociedade.

Parágrafo Segundo – O disposto no parágrafo anterior somente terá validade em relação à sociedade se a decisão for tomada por Sócios que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ do Capital Social.

Parágrafo Terceiro – Não havendo consenso sobre o valor econômico das cotas e das condições de pagamento pelo Sócio Remanescente, será levantado um "Balanço Extraordinário" à data da resolução, para levantamento da situação patrimonial da sociedade e aferimento do valor das cotas. As cotas deverão ser liquidadas e pagas em dinheiro, no prazo de 90 (noventa) dias, facultado aos Sócios celebrar acordo de pagamento diverso, na forma do parágrafo 2º do art. 1031 da Lei nº 10.406/2002.

CÁPITULO V

Exercício Social e Destinação de Resultados:



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O exercício social terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano calendário, ocasião em que será levantado o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do exercício findo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Os lucros líquidos apurados no Balanço Patrimonial poderão, a critério dos respectivos Sócios, serem distribuídos proporcionalmente à participação de cada um no Capital Social.

Parágrafo Primeiro – É facultado aos Sócios a distribuição de lucros de exercícios anteriores ou do próprio, oriundos de resultados positivos auferidos nos trimestres do ano calendário, constantes do Patrimônio Líquido da Sociedade.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de haver distribuição de lucros no exercício em montante superior ao apurado no final do ano calendário, 0(s) Sócio(s) se obriga(m) a restituir, posteriormente, a parcela que se demonstrar indevida.

Parágrafo Terceiro – Os Sócios, solidariamente, se obrigam a suportar os prejuízos apresentados em cada ano calendário, inclusive, mediante absorção do valor do capital integralizado, respeitando-se a proporcionalidade de cada Sócio em relação às suas cotas do Capital Social.

Remuneração dos Sócios:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Aos Sócios que prestarem serviços em favor da sociedade, será paga mensalmente uma Remuneração a título de Pró-Labore, respeitada a capacidade

**17ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

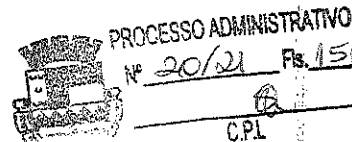
CNPJ/MF nº 02.561.118/0001-14

NIRE nº 53200919982

financeira da sociedade e a legislação tributária vigente, cabendo aos Sócios deliberarem sobre o seu valor e registrá-los em conta contábil própria.

CAPÍTULO VI

Reuniões e Deliberações Societárias



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Os Sócios ratificam, em nome da sociedade, o entendimento de que é ineficaz em relação a terceiros, qualquer pacto separado, contrário ao disposto no instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – AS DECISÕES SOCIETÁRIAS TOMADAS EM Reuniões de Sócios deverão ser lavradas em ata de reunião, presidida e secretariada pelos Sócios, devendo o seu texto, após a leitura e aprovação dos Sócios presentes, ser assinada e encaminhada para registro no órgão competente.

Parágrafo Primeiro – A convocação para a reunião de Sócios se dará por escrito, com obtenção individual de ciência, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio, conforme dispõem os §§ 2º e 6º do art. 1072 da Lei nº 10406/2002.

Parágrafo Segundo – A sociedade se desobriga da manutenção e lavratura do Livro de Atas de Reuniões.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FICA DISPENSADA a Reunião dos Sócios, quando estes decidirem por escrito sobre as matérias objeto da deliberação, nos termos do § 3º do art. 1072 da Lei nº 10406/2002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Após o término do exercício social, no curso dos quatro meses subseqüentes, instalar-se-á uma Reunião Ordinária dos Sócios, por convocação do(s) administrador (es) da sociedade, para aprovação do Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico, na forma prevista no Inciso I do art. 1078 da Lei nº 10406/2002, sem prejuízo de outras deliberações a serem tomadas pelos Sócios, constantes da Ordem do Dia.

Parágrafo Primeiro – Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, os documentos relacionados no caput devem ser postos à disposição dos Sócios que não exerçam a administração, devendo estes comprovarem por escrito sobre o recebimento dos documentos.

Parágrafo Segundo – A aprovação sem reserva, do Balanço Patrimonial e do de Resultado Econômico sem ressalva, salvo erro, dolo ou simulação, exoneram de responsabilidade os membros da administração.

Parágrafo Terceiro – Uma vez aprovada pelos Sócios, nos vinte dias subseqüentes à realização da reunião, a respectiva ata deverá ser encaminhada ao registro público competente, para arquivamento e averbação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – As Reuniões de Sócios deverão atender aos requisitos abaixo, instalando-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo 3/4 do Capital Social e, em seguida, com qualquer número.

**17ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**

CNPJ/MF nº 02.561.118/0001-14.

NIRE nº 53200919982

Parágrafo Único – As deliberações dos Sócios serão tomadas, observados quoruns mínimos a seguir:

I – pelos votos correspondentes, no mínimo, a 3/4 do Capital Social, nos casos previstos nos incisos V e VI do art. 1071 da Lei 10406/2002;

II – pelos votos correspondentes a mais da metade do Capital Social, nos casos previstos nos incisos II, III, IV e VIII do art. 1071 da Lei 10406, de 11/01/2002;

III – pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos previstos na lei ou no contrato, se este não exigir maioria mais elevada;

IV – pela totalidade de votos que representem o Capital Social, nas modificações do contrato social que tenham por objeto matéria indicada no art. 997 da Lei 10406/2002;

CAPÍTULO VII

Falecimento, Interdição ou Impedimento de Sócios:



CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Mediante a retirada, exclusão, falecimento, falência ou incapacidade judicialmente declarada de qualquer dos Sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando suas atividades com o(s) remanescentes(s), pelo prazo previsto em lei, a menos que este resolva liquidá-la.

Parágrafo Único – Em caso de falecimento, dissolução total ou extinção de um dos sócios, a sociedade continuará com os sócios remanescentes, passando as quotas para os respectivos sucessores, como tais definidos na lei civil.

CAPÍTULO VIII

Dissolução e Liquidação da Sociedade:

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Na hipótese de ocorrência de qualquer das situações previstas nos incisos II a IV do art. 1033 da Lei nº 10406/2002, a sociedade deverá tomar as providências para nomear o "LIQUIDANTE" da sociedade, podendo o mesmo ser ou não Sócio.

Parágrafo Único – Encerrado o processo de liquidação da sociedade, ou no decurso dele, poderá o Liquidante respeitada as suas responsabilidades em relação aos credores da sociedade extinta, efetuar rateios por antecipação da partilha do patrimônio da sociedade, na forma preconizada pelo art. 1107, convocando os Sócios para a prestação de contas final, nos termos do art. 1108 da Lei nº 10406/2002.

Casos Omissos:

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – Os casos omissos no presente instrumento contratual serão resolvidos como dispõe o art. 1053 e seu parágrafo único da Lei nº 10406/2002 e com base na legislação aplicável à data da ocorrência do(s) evento(s).

Foro:

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – Para todas as questões oriundas deste contrato, fica desde já eleito o foro da Cidade de Brasília – Distrito Federal, como o competente em relação às dúvidas emergentes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
LIMITADA TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 02.561.118/0001-14

NIRE nº 53200919982

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - E, por estarem de perfeito e pleno acordo, assinam o presente instrumento por si, seus herdeiros e sucessores, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, determinando-se seu arquivamento na Junta Comercial do Distrito Federal, para que produza os efeitos legais.

Brasília – DF., 20 de Dezembro de 2016.


MS2 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Marconi Antônio de Souza



MARCONI ANTÔNIO DE SOUZA



HAROLDO SILVEIRA HERÉDIA JÚNIOR


GUALTER JOSÉ MAIA DOS SANTOS


RENATA MELGAÇO TEODORO

Testemunhas:


Nome: EDMUNDO J. M. GONZAGA
CPF: 146.915.151-00


Nome: EDILSON GUIMARÃES ABRANCHES
CPF: 288.106.276-87

